

A Covilhã: uma paisagem cultural evolutiva. Algumas notas sobre a (re)construção das memórias industriais da cidade

Elisa Calado Pinheiro
eliscpinheiro@ubi.pt
Universidade da Beira Interior

Manuel José dos Santos Silva
mjssilva@ubi.pt
Universidade da Beira Interior

ABSTRACT

A profound economic and social reconversion leading to a change of paradigm of the historical developing pattern of both the city and the borough took place in Covilhã in the 1980's of the twentieth century. The traditional mono woolen industry, till then disseminated in a series of small family enterprises, has not survived the structural changes initiated in the 1960's, having since then undergone a strong concentration. Concurrently, the higher education institutions, established in the city in 1973, have become the driving force of the new developing pattern, while, at the same time, giving rise to the retrieval of Covilhã's historical past memories. It was within this framework that in 1986 the Universidade da Beira Interior was established together with the Woolen Museum (Museu de Lanifícios), whose first nucleus was to be opened in 1992. The new museum came to existence by means of the intervention works of 'the Real Fábrica dos Panos dyeing areas', the manufacture of the 1700's which started off by hosting the Polytechnic Institute of Covilhã, where the university originated. This text aims to trace the making of Covilhã's identity as 'factory-

city' and present some principles which presided over the construction of its industrial memories.

KEY-WORDS

Industrial-heritage; industrial-archeology; industrial museology; cultural landscape; woolen.

RESUMO

Na Covilhã, nos anos oitenta do séc. XX, assiste-se a uma profunda reconversão de natureza económica e social, que conduziu a uma mudança de paradigma do modelo histórico de desenvolvimento da cidade e do concelho. A sua tradicional mono indústria de lanifícios, até então pulverizada por uma miríade de pequenas empresas familiares, não sobreviveu à mudança estrutural iniciada nos anos sessenta do séc. XX, tendo sofrido, a partir de então, uma acentuada concentração, que a acompanhou até à atualidade. Concomitantemente, o ensino superior, instituído na cidade, em 1973, transformou-se na alavanca do novo modelo de desenvolvimento, viabilizando ainda a recuperação das memórias do passado industrial da Covilhã. É neste contexto que a Universidade da Beira Interior, instituída em 1986, irá criar, na mesma data, o Museu de Lanifícios, cujo primeiro núcleo, viria a ser inaugurado em 1992, através de uma intervenção de “recuperação da área das tinturarias da Real Fábrica de Panos”, a manufatura setecentista que começou por albergar o Instituto Politécnico da Covilhã, em que a Universidade radica. Procurar-se-á, através deste texto, acompanhar a construção da identidade covilhanense como “*cidade-fábrica*” e apresentar alguns dos princípios que presidiram à reconstrução das suas memórias industriais.

PALAVRAS-CHAVE

Património-industrial; arqueologia-industrial, museologia industrial; paisagem cultural; rota da lã.

INTRODUÇÃO

A Covilhã, por um conjunto de ponderosas razões de natureza geográfica e histórica, transformou-se, paulatinamente, num dos mais ativos pólos da indústria portuguesa, especializado numa mono indústria do subsector dos lanifícios. A importância que foi assumindo no contexto da economia regional e nacional justificou-lhe o epíteto de “*Manchester portuguesa*”.

O tecido urbano da Covilhã diferencia-se significativamente no panorama das cidades portuguesas. Encastuada na falda oriental da Serra da Estrela e alimentada pelas férteis várzeas do rio Zêzere e dos seus afluentes começou por desenvolver-se na ambivalência de uma dupla realização, sintetizada na descrição lapidar de *cidade-granja/cidade-fábrica* (Giraldes 1880: 20), até ao séc. XIX. A partir de então, por condicionalismos vários, mas sobretudo por ação de um conjunto de dinâmicos empresários e de especializados técnicos e operários, ir-se-á afirmar, até aos anos oitenta do séc. XX, como *cidade-fábrica*.

De todo este processo subsistem fontes materiais e documentais que testemunham as vivências, os locais de trabalho e de convívio e as práticas do saber-fazer covilhanense. Estes “monumentos” e “documentos” são os

testemunhos de um passado coletivo que forjou a identidade de uma comunidade que ainda hoje se revê no aforismo popular, corrente no séc. XVIII: *Se os filhos de Adão pecaram, os da Covilhã sempre [todos] cardaram* (Dias 1958: 35-48).

A acentuada desindustrialização que, desde os anos oitenta do séc. XX, a cidade e o concelho¹ sofreram veio acelerar a mudança do paradigma em que a cidade sempre se reviu para um novo, considerado tão incipiente quanto mobilizador. Simultaneamente, começa a enfatizar-se a importância da salvaguarda das memórias industriais, transformadas numa nova dimensão de afirmação urbana. Este processo de patrimonialização foi empreendido pela *Universidade da Beira Interior*. Iniciou-se com a reabilitação do conjunto de edifícios industriais da Ribeira da Goldra e centrou-se na musealização da *Real Fábrica de Panos*. A crescente feição universitária que a cidade foi assumindo surge, como sintetiza Domingos Vaz, “como sinal não apenas da sua «eventual» reconversão, mas também da sua potencial projeção simbólica que «reformula» as anteriores imagens da cidade, culturalmente autocentrada e tradicionalista” (Vaz 2002: 483). Começa assim a preparar-se a “cidade amável”, de acordo com a qualificação expressa por Ana Vaz Milheiro, que seria projetada e concretizada através do programa POLIS (Milheiro, 2009:54) e a desenhar-se, a partir da valorização das memórias industriais, uma nova paisagem cultural que acompanha a evolução da cidade.

A COVILHÃ “CIDADE-FÁBRICA” E CENTRO HISTÓRICO DOS LANIFÍCIOS PORTUGUESES

Ancorada numa das encostas da Serra da Estrela, a Covilhã estruturou-se em função dos lanifícios. A montanha, desde os tempos pré-históricos, oferecia as pastagens frescas, perenes e apetecíveis para o gado lanar, tendo sido procurada pelas canadas transumantes, desde os longínquos campos de Ourique, em território nacional, às afastadas planícies estremenhas ou aos campos de Sória, de Segóvia e de Guadalupe, em Espanha². Esta favorável situação geográfica, permitiu à Covilhã o fácil acesso à matéria-prima, bem como ao combustível das matas serranas, propiciando-lhe o desenvolvimento da atividade dos lanifícios, que remonta a uma tradição milenar³. Realizada inicialmente por processos domésticos e artesanais, esta atividade veio, a partir da fase proto industrial, a prosperar nas unidades fabris que, desde cedo, aí começaram a ser edificadas.

O tecido urbano da Covilhã, delimitado pelas ribeiras da Carpinteira (a Norte) e da Goldra (a Sul), desenvolveu-se por locais que, até hoje, perpetuam as suas mais recuadas memórias laneiras, como a rua do *Peso da Lã*⁴, a travessa do *Tinte*⁵ ou os sítios do *Pisão Novo*⁶ e da *Companhia*⁷. O ordenamento espacial da cidade e os seus próprios anéis de crescimento submeteram-se aos condicionamentos resultantes do mais estrito aproveitamento da riqueza energética das ribeiras, favorecendo a extensa industrialização da paisagem. Desde os inícios do séc. XIX que, aproveitando os caudais em declive acentuado destas ribeiras, foram instaladas as primeiras rodas de propulsão vertical, montadas em série, para uma mais racional utilização da água⁸.

Em 1186, D. Sancho I, o *Povoador*, doou foral à Covilhã, com o objetivo de fortalecer a defesa do reino e promover o restauro e povoamento de Coveliana que, até então, se localizaria na parte mais baixa da encosta da serra da Estrela, a sudoeste do perímetro urbano atual.

O alfoz do concelho estendia-se desde a Serra da Estrela até ao rio Tejo, numa área que englobava parte dos atuais distritos de Guarda e Castelo Branco, que constituía a quase totalidade da área doada aos freires do Templo em 1165 (Carvalho, 1990: 3). No foral de D. Sancho I, surgem já referências aos gados e aos panos de lã e linho, justificando a importância económica do concelho, uma vez que se estipula que o gado da Covilhã não esteja sujeito ao pagamento de tributo de pasto em terra alheia, enquanto que os quisesses vir apascentá-lo para o termo da Covilhã devessem pagar o respetivo *montádigo*.

Moura Quintella, seguindo de perto Frei Manuel da Esperança, refere que o povoado se situaria então “junto aos pomares da ladeira de Martin Collo, e foi ainda neste local que se realizou a reedificação, ordenada por D. Sancho, de que resta a parte da cidade chamada *Tres-freguezias*” [S. Martinho, S. João de Longe e S. Vicente] (Quintella, 1899: 18). A área abrangida, ainda segundo o mesmo autor, um território que se estendia por S. Martinho à Cruz da Rata, ou ponte de Martir-in-Collo e Corredoura. O primitivo povoado medieval teria vindo a desenvolver-se em redor da igreja de S. João de Martir-in-Collo, ou S. João de Longe. Com a reedificação do castelo, excêntrico e a norte daquele, viria, numa segunda fase, a expandir-se em redor da Igreja de Santa Maria, que passou a ocupar uma posição central no tecido urbano medieval intramuros, delimitado pela cerca, cuja edificação viria a acompanhar o crescimento do povoado. A muralha viria a configurar a forma de um pentágono irregular, marcado pelas cinco portas ainda hoje identificáveis: a Porta de Altravelho, virada a norte; a Porta de S. Vicente, a sul; a Porta do Castelo, a ocidente e, a nascente, as designadas Porta da Vila e Porta do Sol. Terá ainda sido construída a Porta de Linhares, que estaria implantada em direção a esta povoação, conforme se refere no Tombo da Comarca da Beira (Freire, 1916: 299) e de onde sairia a *carreira velha* da Covilhã, que permitiria estabelecer a ligação entre as duas localidades, conforme vem referido no texto do foral da Guarda. No arrabalde, situar-se-ia, desde finais do séc. XIV, a judiaria que se teria estendido por uma extensa área, estimada em *metade da vila* pelos procuradores do concelho às Cortes de Santarém. De acordo com a localização proposta por Maria José Ferro Tavares, “ocuparia um espaço que se estenderia entre a Porta de S. Vicente e as Portas do Sol (...), num território que se desenrolaria entre o atual edifício do mercado municipal e o pelourinho estendendo-se até aos adros das igrejas de São Silvestre, São Tiago, São Pedro e menos provavelmente, até às igrejas da Madalena, e de São Bartolomeu. (...) A judiaria avizinharia a oriente com a rua Direita e, provavelmente, com o mercado medieval” (Tavares, 2009: 26). Contudo, é de considerar que esta primitiva área, a partir dos finais do séc. XV, deveria estender-se até à zona atualmente demarcada como da judiaria, abarcando as ruas das Flores e do Ginásio Clube e as ruas, travessa e beco da Alegria, que se situavam igualmente próximas do “(...) muro da dicta vila contra o arravalde” e que constituíam um prolongamento da área demarcada por Maria José Ferro Tavares, que só viria a ser interrompido com o alargamento, em meados do séc. XX, da rua Visconde da Coriscada e a destruição subsequente do casario junto da Igreja de S. Pedro. Entendiam-se melhor, deste modo, as informações referentes à extensão da área que ocupava e de que a gente de nação frequentava a igreja do Salvador (Tavares, 2009: 26-28)⁹.

A indústria caseira da lã gozava, desde a Idade Média, de um relativo florescimento, visível pelo fabrico de novos artigos, de que se destacam

as baetas¹⁰, os panos baixos e grossos, os feltros e as mantas da terra, e pela manutenção dos tradicionais, como os buréis¹¹ e almáfegas¹². Nos reinados de D. João I e D. Duarte, já se tecia a lã *meirinha*, matéria-prima de qualidade superior, como o testemunham os *Artigos das Sisas*, ordenados por D. Afonso V, em 1476 (capítulo XXXVI). Esse desenvolvimento ter-se-á mantido estacionário até D. João IV, num período caracterizado pela concentração dos governantes nas atividades da expansão marítima. A indústria nacional terá sido então subalternizada, limitando-se a fabricar tecidos para as classes menos abastadas, uma vez que a corte vestia as sedas do Oriente, os brocados de França e da Flandres e os veludos de Itália.

Todavia, desde, seguramente, os finais do séc. XV, que terão começado a ser construídas, na ribeira da Goldra, as primeiras oficinas artesanais destinadas à lavagem da lã e ao acabamento dos tecidos: os lavadouros, as tendas, os pisões e as tinturarias. A progressiva especialização na produção dos tecidos, com a consequente divisão do trabalho, contribuiu para o fracionamento, em profissões especializadas das operações de cardação, fição, tecelagem, apisoamento, totagem e tinturaria. No foral manuelino da Covilhã, outorgado em 1510, estipulava-se que não seria paga portagem “nem do pano e fiado que se mandar fora a tecer, a curar ou a tingir (Dias, 1961: 1-3). A partir do séc. XVI, aqueles estabelecimentos ter-se-ão estendido à ribeira da Carpinteira. Trata-se de investimentos relativamente avultados, a que não terá sido alheio o afluxo de capitais provenientes de cristãos-novos que, a partir de 1495, se refugiaram na faixa fronteira de Portugal, com particular incidência na Covilhã. Quanto à tecelagem, continuaria a localizar-se no piso inferior das habitações dos tecelões. Subsistem da mesma época, referências documentais que atestam a qualidade dos tecidos covilhanenses. São os “muitos panos/finos” de que Gil Vicente (1465-c.1537) se fez eco na *Tragicomédia Pastoril da Serra da Estrela*, representada, em 1527, para a Corte, e que viriam a ser qualificados como “panos covilhães” por Diogo do Couto (1542-1616), no *Soldado Prático* e igualmente individualizados por Duarte Nunes de Leão (1528-1608). Quanto aos “teares de pau” em que eram produzidos, subsistiram até serem vítimas de uma sistemática destruição, justificada pela controlada mecanização da tecelagem, no âmbito das leis do “*Condicionamento Industrial*”, promulgadas pelo Estado Novo, a partir dos anos trinta do séc. XX, que preconizavam a aquisição do alvará de um tear mecânico mediante o comprovativo da destruição de, pelo menos, quatro teares manuais.

Em 1570, D. Sebastião concede à então ainda *Vila* o título de *notável*. Três anos mais tarde, promulga o *Regimento dos Panos* com o objetivo de aperfeiçoar a indústria têxtil e, simultaneamente, protegê-la da concorrência estrangeira. Ainda em 1573, fomenta a organização manufatureira do trabalho dos lanifícios na Covilhã, através da designada *Fábrica D’El Rei*, considerada então a primeira e a melhor do reino e onde se fabricaram os primeiros padrões destinados às fábricas de Portalegre e Estremoz, no Alentejo.

Foi, presumivelmente no mesmo local, na Ribeira da Carpinteira, também conhecida por *Ribeira da Fábrica*, que D. Pedro II, em 1677, fundou uma manufatura régia dotada de pisão, tinte e prensa, a *Fábrica de Sarjas e Baetas* do Conde da Ericeira, que chegou até nós com o nome de *Fábrica Velha*. Para o efeito foram contratados na Irlanda 11 artesãos especializados como

estambradores, tecelões e fiandeiras, com o objetivo de incentivar a qualidade da produção local. Os contratadores desta manufatura de Estado foram cristãos-novos, inicialmente os *Fróis e Nunes* e, a partir do séc. XVIII, os *Castro*¹³.

Em 1690, D. Pedro II confirma o *Regimento de Panos* de 1573 e acrescenta-lhe onze artigos visando coartar as fraudes que faziam diminuir a qualidade da produção, sobretudo as verificadas no processo da tinturaria.

Na primeira metade do séc. XVIII, mais do que o *Tratado de Methuen*, celebrado com Inglaterra, em 1703, no reinado de D. Pedro II, que terá entravado o desenvolvimento da indústria de lanifícios local, ao alargar as portas à concorrência estrangeira, terá sido a Inquisição que mais terá concorrido para a grave crise verificada na indústria covilhanense, ao perseguir as principais famílias dos cristãos-novos ligados ao trato dos tecidos. Apesar dos resultados igualmente negativos da aliança realizada com os Estados Gerais das Províncias Unidas, aquando da guerra da sucessão de Espanha, que levara o monarca português a conceder livre comércio aos panos de lã holandeses, esta última situação não teria tido grandes repercussões, uma vez que, durante esta guerra, as fábricas da Covilhã vestiram as tropas nacionais, tendo então a produção sido considerada de superior qualidade, relativamente à estrangeira.

Visando debelar a grave crise então verificada, D. João V, em 1710, estabeleceu com a Covilhã o contrato do fabrico dos fardamentos para o exército, em regime de monopólio, abraçando a estratégia de proteção dos panos nacionais. Em 1734, o Padre Cabral Pina faz-lhe menção e descreve, a propósito, o seguinte quadro (Dias 1962: 51):

“Ha nesta Vila o Contrato dos panos, donde vão para todo o Reino, e para a Vestiaria dos Soldados e huma das cousas notavaes deste Povo. Para este contrato ha 65 tiaras, que ocupão 130 pessoas, 15 Pizões nas duas ribeiras, que ocupão mais de 60 pessoas, 14 Tendras de prensar e tozar, que ocupão 50 pessoas, 8 Tintes de varias cores, e dous mais de azul de dornas estes tintes de cores tem hoje menos uso depois que El-Rei ordenou fosse a dita vestiaria somente de cor branca. Tem mais El-Rei na Ribeira da Carpinteira huma fabrica sua com pizão, tinte, e prença que ocupará vinte pessoas. Os officiaes de carda, e mulheres, que fião a lan são innumeraveis.”

O trabalho de cardar, fiar e tecer era então ainda exclusivamente manual, realizando-se nas casas e oficinas da vila e arredores e envolvendo praticamente toda a população. Era o tempo que deu corpo ao aforismo popular então corrente: *Se os filhos de Adão pecaram os da Covilhã sempre [todos] cardaram* (Dias 1958:35-48). Poucos trabalhavam por conta própria, cabendo aos negociantes, frequentemente cristãos-novos, a compra da lã que entregavam aos diferenciados tipos de artesãos, acompanhando as diversas fases sequenciais da produção.

D. José I, por alvará de 11 de Agosto de 1759, viria a reforçar o anterior Regimento da Fábrica de Panos, de 1690, face às sucessivas queixas dos fabricantes das Comarcas da Guarda, Pinhel e Castelo Branco contra o monopólio, as fraudes e a crise verificados. Ordenou que os panos destinados aos fardamentos fossem os *dezochenos*, isto é, os urdidos com mil e oitocentos fios, da mesma grossura, tecedura e boa *fábrica* do padrão, não podendo de modo algum ser alterados.

Os *Inquéritos industriais pombalinos*, realizados na segunda metade do século XVIII, vieram preparar a intervenção estatal centralizadora. Reportados

à província da Beira, permitem-nos constatar que o fabrico de panos, buréis e baetas se encontrava disseminado pela região da Serra da Estrela, nomeadamente pela Covilhã, Manteigas, Belmonte, Guarda, Seia, Gouveia e Fornos de Algodres e também pelas comarcas de Sabugal, S. Vicente da Beira, Pinhel, Castelo Branco, bem como pela província do Alentejo. A lã utilizada era maioritariamente proveniente desta última província, mas provinha igualmente de Castela, produzindo cada tear dois a três panos por semana (Dias, 1958: 53-58).

Na Covilhã, registava-se então o fabrico de panos de 40 côvados *desochenos* (de mil e oitocentos fios, de 6 palmos de largura, levando cerca de 4 arrobas de lã) e *quatrozenos* (de mil e quatrocentos fios, de 5 palmos de largura e cerca de 3 arrobas de lã) e o fabrico de baetões. Também em Orjais, Aldeia da Ribeira e Aldeia de Mato se fabricavam panos e no Teixoso produziam-se baetas. Era frequente, nesta época, de acordo com os referidos inquéritos, os oficiais cardadores e tecelões das principais manufaturas da Covilhã e de Manteigas irem procurar trabalho para as fábricas de Castela.

O tradicional sistema de fabrico da Covilhã é apresentado, em 1803, por João Rodrigues da Silva, nos seguintes termos (Dias, 1955: 355):

“Chamam-se fabricas uns agregados de oficinas, aonde a lã entra em rama e sai convertida em tecido ultimado. Chamam-se fabricantes a todos os que se propõem fazer tecidos em branco, para os vender neste estado, depois do pisão. Estes fabricantes não tem oficinas suas e, à excepção duma ou de outra operação, todas as mais se fazem em oficinas dispersas, que cada um levanta para negócio. As manufacturas destes fabricantes que designo com o nome de fabrico volante, são mais imperfeitas. Acabam-se nas mãos do mercador, aonde, pelas fraudes, adquirem o descrédito das Fábricas, por entrar tudo na denominação geral de manufacturas da Covilhã”.

Esta situação, geradora de profundas clivagens sociais, leva João Rodrigues da Silva a sublinhar o seguinte (Dias, 1955: 390):

“(…) Em Covilhã há dois partidos, um é o dos fabricantes, outro o dos mercadores. A compra dos fardamentos é toda feita aos fabricantes e como estes são os que, procuradores voluntários, figuram lesados e oprimidos, sejam eles perguntados se querem que a Fábrica faça o tecido de fardamento e a resposta será o Juiz da causa (...)”.

Tratava-se de demonstrar o papel assumido pela Real Fábrica de Panos no controlo da encomenda dos fardamentos para o exército. Quando a Real Fábrica não conseguia atender a todas as encomendas feitas pela Junta do Arsenal do Exército, procedia-se à distribuição de trabalho pelas fábricas e oficinas da Covilhã, garantindo-se assim a laboração de outras unidades. De forma a controlar a origem da produção, os tecidos fabricados por particulares eram marcados com as letras F.P., correspondente a fabricante particular, enquanto que as da manufatura real eram identificadas pelas letras R.F., correspondentes a *Real Fábrica*. Esta, instalada junto à Ribeira da Goldra, foi o motor do desenvolvimento da indústria local¹⁴. Identificada como fábrica modelo, concentrava as várias operações de fabrico. Juntamente com a Real fábrica do Fundão, que viria a ser instalada posteriormente, destinaram-se-iam ambas a funcionar como *“escolas, aonde se formassem vassallos uteis e industriosos”* (Dias, 1955: 355). Fundada, em 1764, por intervenção direta do primeiro ministro de D. José I, o Marquês de Pombal, sob orientação da Junta do Comércio, a sua construção contribuiu decisivamente para estruturar o tecido urbano

da Covilhã, alargando-o às margens da Goldra. A sua edificação prolongou-se por alguns anos, uma vez que só em 1769 Paulino André Lombardi, superintendente e administrador da Real Fábrica, viria a obter a aprovação régia para a utilização das pedras da muralha, derrubadas desde o terramoto de 1755, para a construção do edifício (Dias 1958: 102-103).

No reinado da D. Maria I, do conjunto das providências tomadas visando o desenvolvimento da indústria, salienta-se, em 1777, a criação da *Real Junta de Administração das Fábricas do Reino e Águas Livres* e a privatização da administração das fábricas reais, com privilégios, por um período de 10 anos, de que sobressaem as da Covilhã. A *Relação das Fábricas de 1788*, para além de viabilizar uma análise da atividade da *Junta do Comércio*, possibilita igualmente uma comparação entre a política industrial do Marquês de Pombal, quando existiam 86 oficinas fabris, e os anos subsequentes do reinado de D. Maria I, durante o qual chegaram a laborar 263 fábricas, mostrando o florescimento industrial pós-pombalino (Dias 1955 a: 1-92).

A *fábrica* surge então ainda como um conceito lato, vago e impreciso. Encontra-se associado ao local onde se processa a concentração dos instrumentos e dos métodos de trabalho, sob um mesmo teto e uma mesma direção e onde se realizam todas ou algumas das operações de transformação visando a obtenção de um qualquer produto. A sua lenta clarificação acompanha o aumento e diversificação da produção.

Ao lado da Real Fábrica da Covilhã viriam a instalar-se mais três fábricas completas que, devido à concentração dos instrumentos de trabalho e à união da direção técnica e financeira, promoveram consideravelmente o aumento da produção. Como salienta Carvalho Dias "(...) *A sua célula foram as oficinas especializadas. Não se instalaram porém com equipamento industrial novo, pelo menos na tecelagem: compraram os teares, instrumentos de trabalho dos artesãos locais*" (Dias; 1955: 21).

Em 1803, destacam-se já na Covilhã, pela dimensão e pelo número de operários, cinco fábricas completas com privilégios reais. Destas, salienta-se a Real Fábrica, com mais de três mil trabalhadores. Nas instalações principais desta laboravam 356, dos quais 67 eram aprendizes, enquanto que 219 trabalhavam nas escolas de cardação e fiação, que possuía, espalhadas por um raio de influência que compreendia Penamacor, Castelejo, Casteleiro, Alpedrinha, Lardosa, S. Vicente da Beira, S. Miguel d'Acha, S. Gião e Penalva. Contabilizavam-se ainda 1.375 mulheres, que trabalhavam em rodas de fiar pertencentes à Real Fábrica, exercendo trabalho ao domicílio. Na sua dependência encontrava-se a Real Fábrica do Fundão, onde laboravam mais 147 trabalhadores e 1.355 fiadeiras em regime doméstico, tanto nesta vila como nos arredores, então com 356 trabalhadores. Merecem ainda destaque a fábrica de D. Brites Maria Theodora, também conhecida como *Real Fábrica da Viúva Castro*¹⁵, com 85 trabalhadores; a do capitão-mor *António José Raposo*¹⁶, na ribeira da Carpinteira, com 268; a do capitão *Simão Pereira da Silva*¹⁷, com 119, e a de *José Mendes Veiga*¹⁸, com 67. Esta última, embora com menor número de operários, possuía secções de cardação, tecelagem, pisão, tinturaria, tesouras e prensas e râmolas. Foram estas as primeiras grandes fábricas da Covilhã, que vieram a aplicar as inovações técnicas decorrentes da utilização da energia hidráulica que viriam

a ser aplicadas pela primeira vez, a partir de 1815, na fábrica de Simão Pereira da Silva.

A instabilidade vivida nos inícios do século XIX, decorrente de acontecimentos como as invasões francesas (1807-1810), o tratado de comércio de 1810, com a Inglaterra, que liberalizou a entrada de tecidos ingleses, e as lutas liberais, teve repercussões diretas na desorganização e na crise da indústria nacional, com particular incidência na Covilhã, onde diversas fábricas encerraram. Alguns industriais covilhanenses viram-se forçados a partir para o estrangeiro, tendo contactado em Inglaterra e na França com os novos processos e equipamentos industriais que viriam, posteriormente, a aplicar na Covilhã, como é o caso de António Correia Gomes e de José Mendes Veiga. A eles se deve um novo surto industrializador motivado pelas inovações técnicas introduzidas, que motivaram o primeiro levantamento ludita verificado na Covilhã e que terá envolvido cerca de setecentos operários, entre 1845 e 1846 (Giraldes, 1877: 190-191). Apesar da acentuada industrialização da paisagem urbana, até ao último quartel do séc. XIX, a Covilhã continuará a depender igualmente da agricultura praticada nos férteis campos da Cova da Beira, banhados pelo Zêzere, que se transformaram na fonte prioritária de aplicação dos lucros gerados pela indústria dos empresários bem sucedidos. Na feliz aceção de Manuel Nunes Giraldes, foi este o tempo da “Covilhã cidade granja/ cidade-fábrica” (Giraldes 1880: 20).

O novo modelo fabril conseguiu resistir à conjuntura desfavorável, vindo a desenvolver-se com a vitória dos liberais, em 1834, a abolição do tratado de 1810, a promulgação das pautas alfandegárias de 1837 e a descida dos direitos de importação sobre máquinas têxteis, que favoreceu o apetrechamento da indústria. Este novo arranque industrial, que António dos Santos Pereira compara ao ocorrido nas primeiras décadas de Quinhentos, terá contribuído diretamente, segundo o mesmo Autor, para o crescimento demográfico verificado e a transformação da aristocracia local da Covilhã e de Tortosendo e do Teixoso (Pereira 2009:161-166). A oficialização do ensino técnico e industrial, em 1852, por Fontes Pereira de Melo, conduzirá, em 1864, à criação da Escola Industrial da Covilhã e, por não ter sido concretizada, nesta data, à sua refundação, em 1884, na sequência da qual teve início o seu funcionamento, de grande impacto para a qualificação dos recursos humanos aplicados na indústria¹⁹.

Em 1870, a elevação da Covilhã a cidade era justificada, na carta régia de D. Luís I, de 20 de Outubro, pela relevância que alcançara a sua indústria de lanifícios. Esta continuará a desenvolver-se nos finais do séc. XIX e primeira metade do séc. XX. O Inquérito Industrial de 1890 registava 670 “estabelecimentos, oficinas ou casas de trabalho” das quais 577 eram de pequena indústria e 93 eram consideradas fábricas. Era a manutenção de uma *estrutura industrial segmentada*, como Miriam Halpern Pereira a classifica, com raízes num tempo longo (Pereira, 2002: 582-584). Assistiu-se então à acentuada industrialização da paisagem. A oitocentista “cidade-fábrica” covilhanense, na sequência do surto industrial têxtil que acompanhou a primeira guerra mundial (1914-1918), motivado em grande parte pela desarticulação industrial sofrida pelos países beligerantes, passou a estar integrada, provavelmente como nenhuma

outra cidade portuguesa, no grupo das “*idades colmeias que são lá fora os centros industriais importantes*” (ABC 1922:36).

A fase subsequente, abarcando a primeira metade do séc. XX, terá constituído o derradeiro período de fulgor industrial da Covilhã²¹. Em 1945, a Covilhã tinha 140 unidades de produção, que empregavam mais de 6.000 operários. Em 1954, estavam instalados 1.334 teares mecânicos e 723 manuais, contando com 310 empresários e mais de 7.000 operários. Em 1960, o concelho ultrapassa os 70.000 habitantes, constituindo então o maior centro populacional da Beira Interior (Pinheiro, 2008: 302).

Assiste-se então à acentuada e brusca decadência do modelo de desenvolvimento da indústria local, decorrente de uma profunda mudança estrutural, que se vinha desenhando mais nitidamente, a partir de finais da década de cinquenta e que veio a agudizar-se durante a década de sessenta, quando se acentuou a perda da competitividade industrial da cidade, face à emergência de novos pólos industriais, em consequência da abertura de novas áreas económicas e novos mercados. A adesão de Portugal à EFTA, cujo processo negocial se estendeu entre 1956 e 1960, fez surgir, a par de novos mercados, uma maior concorrência que, para ser vencida, exigia uma resposta pronta no domínio da renovação do anquilosado parque de máquinas instalado e da inovação quer ao nível do produto quer ao da própria gestão empresarial, que não podia continuar confinada à pulverização decorrente da estreita esfera familiar em que sempre se moveu. Os empresários locais, habituados ao protecionismo estatal, ampliado pelo Condicionamento Industrial, a partir de inícios da década de trinta, não conseguiram vencer os obstáculos que entravaram a reorganização empresarial e muitos deles refugiaram-se nos mercados garantidos das colónias portuguesas. A crise energética e a mudança de regime político preconizada pela revolução do 25 de Abril constituíram os detonadores da grave crise estrutural subjacente, encontrando a maior parte das empresas descapitalizadas e obsoletas, sobrevivendo, até então, do preço baixo da sua mão-de-obra. Em casos excepcionais, algumas delas encontravam-se em fase de reorganização empresarial e renovação do parque de máquinas, e por esse motivo, igualmente descapitalizadas. As falências em cadeia, verificadas a montante e a jusante, arrastaram na enxurrada a maior parte do já frágil tecido empresarial, sem capacidade para resistir à tempestade²², transformando a cidade industrial num espaço social depressivo e sem futuro. Os amplos e inanimados espaços industriais foram-se transformando em sucessivas ruínas. Esgotado que se encontrava o modelo económico de estrita mono industrialização, até então vigente, a luta pela sobrevivência conduziu a cidade a uma profunda, brusca e violenta reconversão e à mudança do paradigma económico e social que até então a estruturou.

A COVILHÃ CIDADE UNIVERSITÁRIA

A instalação do ensino superior na cidade iniciou-se com a criação, em 1973, do Instituto Politécnico da Covilhã (IPC), verdadeiro catalisador desta profunda transformação económica, social e urbana, que viabilizou o novo paradigma da revitalização urbana da Covilhã²³. O seu primeiro diretor seria Duarte Simões que fora o responsável pela elaboração da proposta de criação das secções preparatórias para a admissão aos institutos industriais e/ou às universidades, o

que aconteceu os cursos da Habilitação Complementar para os Institutos, uma experiência-piloto que se iniciou no ano letivo de 1971-72 na Escola Técnica Campos Melo²⁴.

Em 1970, a Câmara Municipal da Covilhã deliberou a cedência, para o efeito, do “conjunto de edifícios e terrenos anexos, tornados devolutos após a extinção do quartel do Batalhão de Caçadores 2”. Tratava-se dos edifícios da Real Fábrica de Panos, criada no âmbito da política pombalina de fomento industrial²⁵.

A manufatura pombalina contribuíra para a instalação, nas suas proximidades, de um conjunto significativo de empresas industriais, que se desenvolveram ao longo dos sécs. XIX e XX. Todavia, a partir de meados dos anos 70 deste último século, começaram a ficar desativadas, tendo-se então iniciado o acelerado processo que conduziu à ruína da maior parte delas. Esta situação representava, aos olhos dos covilhanenses, o símbolo marcante da irrecuperável crise da indústria, constituindo um sinal claro da degradação de uma cidade que passou a autointitular-se, frequentemente, até meados dos anos 80, de “cidade-fantasma”.

Neste contexto, a criação do IPC configurou-se como a única alternativa para alavancar um novo ciclo de desenvolvimento da cidade, passando, a partir de então, a apostar-se mais fortemente na reconversão do IPC em universidade. Numa primeira etapa, em 1979, foi convertido em Instituto Universitário da Beira Interior, IUBI²⁶ e, em 1986, em Universidade da Beira Interior, UBI²⁷. A partir de 1987, foi-lhe reservada uma área de 75 hectares, destinada à sua futura expansão, que se esperava pudessem vir a garantir a sustentabilidade do seu crescimento, vindo a UBI a ficar distribuída pelos Polos I, II e III, a que veio, posteriormente, a juntar-se o Pólo IV. A opção por localizar a sua instalação, de uma forma concentrada, no perímetro urbano da Covilhã, em detrimento da adoção do modelo anglo-saxónico de campus universitário, pode explicar-se pela existência, na mesma área urbana, de diversos imóveis e complexos fabris devolutos, bem como pela desvalorização, à data, da respetiva cotação comercial. O interesse em acelerar a revitalização física da cidade a par dos resultados visíveis da primeira intervenção arquitetónica realizada na Real Fábrica de Panos encontraram um acolhimento favorável por parte do Governo e da Autarquia, aconselhando o reforço desta opção e a sua repetição em outro dos núcleos de implantação tradicional da indústria covilhanense, na Ribeira da Carpinteira. Entre 1993-95, foram adquiridos, nesta última área, os edifícios da extinta empresa *Ernesto Cruz & C^a*, para instalação do Pólo IV da UBI. Esta situação terá resultado do reconhecimento da missão assumida pela instituição no sentido de alicerçar o seu desenvolvimento numa prestigiante ação de recuperação de edifícios fabris com traça histórica e qualidade arquitetónica, contribuindo para a necessária revitalização da cidade, a partir da replicação do modelo aplicado na Ribeira da Goldra. Os fluxos transversais de uma nova população estudantil, que passou a deslocar-se entre estas duas áreas constituiu o sinal da mudança de paradigma da Covilhã. A Universidade, ao assumir-se como o novo motor de desenvolvimento urbano, tendo vindo a ocupar uma parte significativa dos espaços deixados vagos pela indústria, sobretudo na ribeira da Goldra, impôs-se a si própria a missão de os revitalizar, sem lhes apagar as marcas da identidade industrial que carregavam. Esta opção estratégica de localização de uma universidade no tecido urbano não é única no país. Tanto

Évora como Coimbra seguiram modelos de implantação semelhantes. Todavia, enquanto em Coimbra o processo foi lento, de vários séculos, na Covilhã, como sublinha Madalena Matos, foi veloz “a apropriação pela universidade de um corpo da cidade que definhava” (Matos 2009: 113:114).

Entretanto, a indústria de lanifícios, fruto da reconversão sofrida, revitalizou-se, passando, até à atualidade, a produzir muito mais do que nos recuados tempos áureos. Para isso deslocizou-se do tecido urbano, tendo parte dela vindo a instalar-se nos parques industriais da Covilhã e do Tortosendo e adotou um modelo de desenvolvimento apoiado na forte concentração e verticalização empresarial, apostando ainda na automação e produção em grande escala, de que é exemplo o maior grupo económico dos lanifícios atualmente a laborar no espaço europeu, o grupo *Paulo de Oliveira* S. A., que a Covilhã alberga²⁸.

A cidade, na sequência da crise dos anos setenta, sofreu uma mudança profunda. Em 2005, a população residente do concelho de Covilhã, estimada em 53.225 habitantes, representava, relativamente a 1970, uma regressão de cerca de 14%. Na mesma data, e ainda de acordo com os dados do Anuário Estatístico da Região Centro (Instituto Nacional de Estatística), a indústria têxtil representava cerca de 5% das vendas e prestações de serviços da indústria transformadora nacional. Esta percentagem chega a mais de 9%, se lhe juntarmos as vendas e prestações de serviços da indústria de vestuário. Ao contrário dos anos setenta, o mercado doméstico, em 2005, representou 43% das vendas da indústria têxtil e 32% da do vestuário. A União Europeia é o maior importador destas indústrias: 44% da produção têxtil e 63% da indústria de vestuário. Ao nível da indústria laneira, a Associação Nacional dos Industriais de lanifícios, ANIL, inclui 15 empresas deste subsector no concelho da Covilhã. Apesar de longe das 124 identificadas em 1971, as atuais são as que conseguiram transformar as adversidades em oportunidades: menos unidades, de maior dimensão e produtividade acrescida, como é o caso da sede da maior produtora de tecidos da Europa, o grupo *Paulo de Oliveira* (Silva, 2008: 99).

Vinte e seis anos após a sua criação, a UBI tem cerca de 7.000 alunos, distribuídos pelos cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento. Cerca de 690 docentes, a maioria com doutoramento, e 360 funcionários nela trabalham. A universidade transformou-se num dos principais motores do desenvolvimento local e regional, desempenhando um papel fundamental na criação de novas tecnologias, no encorajamento na criação de empresas e na transferência de conhecimentos aplicados na inovação, a fim de aumentar a competitividade das indústrias locais e nacionais. A universidade não só travou a regressão demográfica na região, como contribuiu para a inversão do fluxo migratório. O impacto crescente da UBI na cidade contribuiu para a conversão de uma cidade outrora caracterizada pela predominância das atividades primárias e do setor secundário de mono-indústria numa cidade com um setor primário reduzido, um sector secundário mais diversificado e um sector terciário preponderante e em crescimento. A maioria das fábricas têxteis onde, nos anos setenta do séc. XX, trabalhavam mais de 7.000 operários, encontra-se agora transformada em espaços vocacionados para o ensino e a investigação, ocupados por cerca de 7.000 jovens e qualificados estudantes universitários. Se lhe juntarmos os 15.000 alunos que frequentam os diferentes níveis de ensino na Covilhã,

atinge-se um forte potencial de crescimento para a cidade e a região (Silva, 2008: 99).

A PATRIMONIALIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS INDUSTRIAIS DA COVILHÃ

O património da Covilhã que, até ao momento, se encontra classificado pouco reflete, não só quantitativa como qualitativamente, o passado histórico e o peso económico da cidade. Assim, a valorização do seu património industrial assume uma importância que inicialmente se lhe não adivinhava²⁹. Para além do significado histórico-cultural intrínseco de que o mesmo se reveste, o seu atual reconhecimento deve-se, sobretudo, ao peso simbólico que continua a carregar, num período que pode considerar-se caracterizado pela perda acentuada dos mais fortes alicerces da identidade covilhanense. Será a partir da década de oitenta que, à medida que se iniciava a brusca reconversão industrial e a terciarização da Covilhã, se passou a olhar atentamente para os vestígios que restavam da sua ancestral indústria de lanifícios e se valorizaram estes como a referência histórica por excelência da cidade. Mais de uma centena de unidades fabris, algumas delas ornadas ainda com as altas chaminés, continuam a marcar uma forte presença na paisagem e a pontilhar o tecido urbano, constituindo os monumentos por excelência da cidade, uma vez que foram aquelas que lhe imprimiram vida, fazendo-a pulsar ao ritmo do seu trabalho. As intervenções de salvaguarda e preservação nela empreendidas estão a transformá-la numa *“paisagem cultural evolutiva (considerada na sua dimensão dinâmica)”*, no sentido da concretização do conceito definido por Massimo Preite que, para o efeito, privilegia as intervenções de valorização empreendidas no âmbito do património (Preite, 2008: 53-59).

A INTERVENÇÃO REALIZADA NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

O respeito pelo passado histórico da Covilhã foi o princípio que presidiu à recuperação empreendida pela UBI do património industrial da Covilhã, que contribuiu para modificar a fisionomia da própria cidade, mantendo a sua identidade. As intervenções realizadas permitiram conciliar história e tradição com inovação, modernidade e desenvolvimento. Recuperados, preservados e reutilizados, os monumentos industriais foram devolvidos à cidade e aos cidadãos, repercutindo-se a sua influência nas áreas envolventes e contribuindo para a criação de novas centralidades no tecido urbano.

O modelo de reabilitação arquitetónica empreendida no Pólo I da UBI foi definido pela equipa projetista responsável, o “Atelier GPA - Grupo Planeamento e Arquitectura”, tendo sido inicialmente apresentado à Direção Geral das Construções Escolares, que coordenou a execução da 1ª Fase da intervenção e, a partir de 1975, à Comissão Instaladora do Instituto Politécnico da Covilhã (2ª, 3ª, 4ª e 5ª fases). A equipa projetista foi liderada por Bartolomeu da Costa Cabral, que imprimiu a sua inconfundível marca na interpretação e valorização das pré-existências e na sua articulação com as novas construções projetadas, de sóbrio figurino, de que resultou uma nova e harmónica unidade, marcada pela horizontalidade e contenção em altura, aproveitando as plataformas aplanadas pela implantação das antigas construções fabris³⁰. Os resultados desta experiência piloto, pela qualidade evidenciada, aconselharam

a sua continuidade e o acompanhamento da mesma por Bartolomeu da Costa Cabral, desde 1973 até 2004.

Como sublinhou Nuno Teotónio Pereira, a intervenção realizada, não só permitiu preservar o património industrial, como consolidar e valorizar *a envolvente do casco urbano, ao mesmo tempo que potenciava a sua vitalidade, tudo resultando numa extraordinária mais-valia para a cidade* (Cabral, 2005:11).

Após a requalificação do imóvel mais recente da Real Fábrica de Panos, que veio a constituir a 1ª Fase do Pólo I, deu-se início, em finais de 1975, às obras de reabilitação dos edifícios de fundação pombalina do mesmo complexo, que vieram a constituir a 2ª Fase, abarcando o conjunto das quatro alas que delimitam, no interior, o pátio central quadrangular, que servira de “parada” as duas unidades militares que ocuparam este complexo, entre 1888 e 1959. Foram então postas a descoberto, a poente da fachada principal, as estruturas arqueológicas, que viriam a designar-se por “poços cilíndricos, fornalhas e caleiras”, tendo-se admitido então poderem ter pertencido às antigas tinturarias pombalinas da Real Fábrica ou a uma anterior (a Fábrica Velha, fundada no séc. XVII, por intervenção do Conde da Ericeira). Identificaram-se ainda, como tendo pertencido à primitiva estrutura, as bocas de fornalha e chaminés e os arcos de volta perfeita, na área da sala que passou a designar-se por “Sala dos Arcos”, assim como a rede de esgotos do edifício e um depósito de água. A Comissão Instaladora do IPC notificou a Direcção Geral do Património Cultural, solicitando apoio técnico e financeiro para a preservação destas estruturas, reconhecidas já então como de alto valor museológico, comprometendo-se à não prossecução das obras nas áreas em causa, assim como a solicitar ao gabinete projetista as alterações necessárias à sua preservação. Pelo Dec. Nº 28/82, de 26 de Fevereiro, foi o conjunto classificado como *Imóvel de Interesse Público* e, a partir de 1986, iniciado o seu processo de musealização³¹.

É de salientar que uma nova disciplina científica, conhecida como “arqueologia industrial”, fundada por Keneth Hudson e Brian Bracegirdle, nos anos 50 do séc. XX, para documentar o mundo industrial em fase de acelerada desagregação, se encontrava já então divulgada em Portugal. A partir de meados dos anos setenta começaram a valorizar-se, no nosso país, os testemunhos do passado industrial, o que explica a classificação, em 1982, como “Imóvel de Interesse Público”, das estruturas arqueológicas que vieram a reportar-se às dornas e caldeiras das salas de tinturaria da Real Fábrica de Panos³². Este facto marcou decisivamente a política de reconversão arquitetónica dos edifícios industriais, levada inicialmente a efeito no Pólo I da UBI, caracterizado pela elevada concentração de edifícios fabris de valor histórico e patrimonial, a que se seguiram as realizadas no restantes espaços industriais que vieram a ser adquiridos para instalações universitárias, nomeadamente: o edifício destinado ao Departamento de Química e ao Centro de Informática (fábrica José Mendes Veiga - Real Fábrica Veiga/ Francisco Roque da Costa Júnior); o edifício atualmente ocupado pelo Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências (antiga fábrica de Sebastião da Costa Rato); a unidade recuperada para instalações da Faculdade de Ciências da Saúde (escritório e armazéns da Real Fábrica Veiga); o edifício adquirido para instalação do Núcleo da Industrialização do Museu de Lanifícios e parque de estacionamento (Real fábrica Veiga); o convento de Santo António, que integrou a Fábrica de Buréis, esta última destinada a sede dos Serviços de

Ação Social da UBI; o conjunto de edifícios localizados na rua Joaquim Pessoa, ocupados pela Faculdade de Engenharia, os espaços de Arquitetura e Centro de investigação em Ciência e Tecnologia do Papel (fábrica e escritórios da empresa José Paulo de Oliveira Júnior) e o edifício para instalação dos Serviços Técnicos (Fábrica de Manuel Maria Antunes Júnior) Para além destes, sobressai, nas suas proximidades e integrando igualmente o conjunto patrimonial da Fonte do Lameiro, em vias de classificação, o complexo da Faculdade de Engenharia (a extinta Empresa Transformadora de Lãs). No casco urbano, destaca-se o imóvel adquirido para instalação da Cantina da Boavista (antiga fábrica de José Nunes Jacinto/ Cristiano Cabral Nunes). Na ribeira da Carpinteira, destaca-se o conjunto das râmolas de sol e do estendedouro de lãs, ao Sineiro, adquiridas para parque de estacionamento e que vieram a constituir um novo núcleo de ar livre do Museu de Lanifícios, que integram a área do complexo fundado por Ignácio da Silva Fiadeiro, em 1850; os complexos fabris destinados à instalação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (a empresa Ernesto Cruz) e à residência universitária Pedro Álvares Cabral (a empresa João Roque Cabral). Merecem igualmente destaque as intervenções realizadas em antigas residências de empresários covilhanenses, nomeadamente, os palacetes Melo e Castro e José Mendes Veiga e Menezes, respetivamente para instalação do Centro de Seminários, Colóquios e Conferências e da Biblioteca Geral da UBI³³. Analisada globalmente, a intervenção arquitetónica que acompanhou a edificação universitária, constitui um referencial de qualidade que, segundo Madalena Matos, “constrói urbanidade e aponta futuros possíveis ao corpo da urbe” Matos, 2009: 119).

O PROGRAMA PÓLIS

A Covilhã foi uma das dezoito cidades portuguesas que beneficiou do *Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades*, POLIS, aprovado na sequência da resolução do conselho de ministros nº 26/2000. Co-financiado pelo Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER) para ser aplicado entre 2000 e 2008, através de uma parceria realizada entre o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e a Câmara Municipal, designada de “Viver Covilhã, Programa POLIS”. Pretendia-se *“melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional”*, através de um conjunto de intervenções que se pretendiam exemplares e de efeito multiplicador. A sua aplicação à Covilhã foi então justificada pela necessidade de salvaguardar os seus mais importantes núcleos do património industrial, localizados junto às ribeiras da Goldra e da Carpinteira, que lhe marginam o tecido urbano.

O Polis Covilhã, liderado e desenvolvido pelo Arq. Nuno Teotónio Pereira, procurou *“atenuar malfetorias, adaptar relevo, preservar a identidade, [e] consolidar o tecido urbano”*, através de uma metodologia que privilegiou o trabalho de campo, a ampla auscultação dos cidadãos, bem como uma estreita articulação com a equipa de trabalho do inventário do património industrial da Covilhã. Esta atividade foi desenvolvida no âmbito do protocolo celebrado entre a UBI (Museu de Lanifícios) e o Instituto Português do Património Arquitectónico, IPPAR, que, de entre outras finalidades visava elaborar a *Carta*

do Património Industrial da Covilhã. Ao programa Polis deve-se a elaboração de três importantes instrumentos de planeamento urbano: os dois Planos de Urbanização dos vales das ribeiras da Goldra e da Carpinteira (em co-autoria daquele com Pedro Viana Botelho, arquitectos e ARPAS / Luís Cabral) e o Plano de Mobilidade Pedonal da Covilhã. Estes vieram a ser complementados por outros planos de pormenor, de que se salientam, pela exemplaridade e elevada qualidade, os do Rossio do Rato e de São João de Malta, da autoria de Nuno Teotónio Pereira, e o da Ponte da Carpinteira, da autoria de Carrilho da Graça (J.L.C.G.- Arquitectos, Lda).

Procurou-se corrigir os resultados de um planeamento urbano que, nos últimos cinquenta anos, não só não atendera às especificidades do relevo da cidade, ignorando os constrangimentos físicos resultantes da acidentada topografia, como isolara do estrangulado centro urbano alguns dos bairros periféricos.

Constituiu uma das mais amplas e inovadoras intervenções urbanísticas realizadas na Covilhã, visando uma maior sustentabilidade urbana e contribuindo para melhorar significativamente a mobilidade dos cidadãos, para tornar coesa a cidade, reconciliando-a com alguns dos mais significativos testemunhos do seu passado, através da aposta na valorização cultural de uma singular paisagem industrial. Salienta-se, neste domínio, a intervenção realizada na via, rotunda e rossio da ponte do Rato, que permitiu preservar um conjunto de evidências inseridas no primeiro conjunto de património industrial a ser proposto, na Covilhã, para classificação, o “conjunto patrimonial da Fonte do Lameiro”, compreendendo as diversas unidades fabris instaladas na área compreendendo a rua Joaquim Pessoa, a calçada da Fonte do Lameiro e a zona envolvente da ponte do Rato³⁴.

INTERVENÇÕES LEVADAS A EFEITO POR PARTICULARES

Na sequência das modelares ações de salvaguarda e preservação das memórias industriais covilhanenses levadas a efeito quer pela Universidade da Beira Interior quer no âmbito do Programa Polis, algumas outras instituições e, mais recentemente, algumas entidades particulares desenvolveram experiências de reutilização de imóveis industriais com diversificadas finalidades. Destas, merecem destaque a realizada pela Associação de Socorros Mútuos da Covilhã, que viabilizou a instalação de um lar para idosos na extinta fábrica de *José Monteiro Grilo/J. C. Saraiva*³⁵; a reutilização para atividades desportivas da antiga fábrica *Vitorino Duarte Moreno/Aníbal Pereira Nina*³⁶ e, na ribeira da Carpinteira, a intervenção já empreendida pela firma *Sineiro Residence* que, no conjunto industrial do Sineiro, tem promovido uma requalificação das antigas fábricas *Ignácio da Silva Fiadeiro/Fitecom* e *Joseph Bouhon/Álvaro Paulo Rato* para a sua reconversão em residências universitárias³⁷.

O MUSEU DE LANIFÍCIOS DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR CENTRO DE MEMÓRIA E SISTEMA DE INFORMAÇÃO

A intervenção de musealização realizada na área das tinturarias da Real Fábrica de Panos e a inauguração, em 1992, deste primeiro núcleo do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, veio contribuir decisivamente para o processo de patrimonialização das memórias industriais não só da cidade

e concelho, como da região. Tendo-se transformado num museu polinucleado, que é atualmente um *case-study* com repercussões a nível internacional, o seu programa museológico assentou, desde a primeira hora, nos eixos estruturantes que até ao presente o têm orientado. Nesse sentido, deu-se particular ênfase à incorporação e organização das coleções, à conservação dos bens que passou a custodiar, à divulgação do vasto património que representa, à criação das condições indispensáveis ao estabelecimento coerente de uma linha de investigação sobre as temáticas que passou a abarcar e à musealização *in situ* das evidências de campo do património industrial, numa área geográfica delimitada pela influência da serra da Estrela, “*onde tudo são lãs e panos*”, como, no último quartel do séc. XVII, era caracterizada (Dias : 1953-55: 89).

Apesar da limitação dos recursos materiais e humanos com que o Museu sempre se confrontou, o programa museológico que presidiu à sua fundação pôde, paulatinamente, vir a ser concretizado, atendendo a um conjunto de circunstâncias propícias, a que não terá sido alheia a inusitada missão que Alvin Tofler destina aos museus, quando os considera os “*pára-choques do futuro*” (*O choque do futuro*, 1971). Na verdade, o enquadramento científico da intervenção de musealização levada a efeito na Real Fábrica de Panos, assente na arqueologia industrial, disciplina científica que privilegia uma dimensão projetiva ou de *conservação ativa do património*. Foi ela que orientou o seu percurso e justificou a própria escolha do lema do Museu: “*os fios do passado a tecer o futuro*”. Contudo, a vontade expressa pelos reitores da UBI na sua valorização, tanto mais quanto as atividades levadas a efeito no âmbito do ensino e da investigação nas áreas científica e artística do têxtil contribuem para fortalecer a identidade da própria UBI e a sua afirmação a nível internacional, motivou a equipa de trabalho do Museu a porfiar no seu desenvolvimento e a procurar transformá-lo num centro de memória e conhecimento, em que o próprio museu se assume como um sistema de informação têxtil. A musealização da Real Fábrica Veiga permitiu concretizar a sua realização, ao incorporar as valências de Centro de Documentação/Arquivo Histórico dos Lanifícios e de Núcleo Museológico da Industrialização, disponibilizando as bases de dados ARQUEOTEX e MUSEOLAN e a concentrar no mesmo complexo o Centro de Interpretação da Rota da Lã, desenhada e liderada, a nível peninsular, pelo Museu de Lanifícios, viabilizando ainda a concentração dos serviços museográficos e administrativos. A criação deste equipamento de base cultural e a sua transformação num verdadeiro laboratório de investigação no domínio das Ciências Sociais e Humanas contribuiu decisivamente para a construção da *paisagem cultural evolutiva* covilhanense.

BIBLIOGRAFIA

- Aleixo, José Lopes (2011). *A Real Fábrica de Panos da Covilhã: arqueologia industrial e reabilitação de uma fábrica pombalina*. Lisboa: Bubok Publishing S. L.
- Cabral, Bartolomeu da Costa (2005). *A Universidade e a Cidade*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Carvalho, A. Crespo de (1990). In Quintella, Arthur de Moura (1899). [Ed. fac-similada]. Covilhã: Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural da Covilhã.

- Dias, Luiz Fernando de Carvalho [Compil.] (1953-55). Os lanifícios na política económica do Conde da Ericeira. In *Lanifícios*, 46-67: FNIL [199-302].
- Dias, Luiz Fernando de Carvalho [Compil.] (1955). Memória sobre o estado actual das Fábricas de Lanifícios da Vila da Covilhã e das Causas que retardam a sua ultima perfeição pelo Bacharel João António de Carvalho Rodrigues da Silva [1803]. In *Lanifícios*, 68-71: FNIL [350-596].
- Dias, Luís Fernando de Carvalho (1955 a). *A Relação das Fábricas de 1788*, Coimbra: Separata do Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra [vol. III, nº 4, 1954 e vol. IV, nº 1, 1955].
- Dias, Luiz Fernando de Carvalho [Compil.] (1958-1965) *História dos lanifícios (1750-1834)*: documentos, 3 Vol., Lisboa: [s.n.].
- Dias, Luiz Fernando de Carvalho (1961). *Forais manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve*. Vol I, Beja: LFC.
- Dias, Luiz Fernando de Carvalho [Compil.] (1962). Memória sobre a Covilhã, feita em 1734 pelo Padre Manuel Cabral de Pina, Prior da Igreja de S. Silvestre, da vila da Covilhã. In *Lanifícios*, 145-147: FNIL [25-54].
- Fernandes, José Manuel (2009). A requalificação arquitectónica e o papel da Sociedade de reabilitação Urbana Nova Covilhã. In *Monumentos*, 29, Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (62-67).
- Freire, A. Brancamp (1916). Tombo da Comarca da Beira. In *Arquivo Histórico Português*. Vol X. Lisboa: Imp. Libânio da Silva.
- Giraldes, Manuel Nunes (1877). *Cathecismo nacional de filosofia do trabalho*, Lisboa: Lallemand Frères.
- Giraldes, Manuel Nunes (1880). *A Covilhã no Centenário*, Lisboa: Lallemand Frères Typ.
- Lôbo, Margarida de Souza (2009). Covilhã: planos de urbanização à época de Duarte Pacheco. In *Monumentos*, 29, Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana [30-39].
- Matos, Madalena Cunha (2009). Ponto, linha, plano: a edificação universitária na Covilhã. In *Monumentos*, 29, Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana [110-119].
- Martins, Rocha, [Dir.] (1922) *ABC do comercio, da industria e da agricultura*, número especial dedicado à Covilhã. Lisboa: Carlos Ferrão.
- Milheiro, Ana Vaz (2009). Por uma cidade amável: espaços públicos e programa Polis na Covilhã. In *Monumentos*, 29, Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana [54-61].
- Pereira, António dos Santos (2002). A História e a localização industrial: a produção e a circulação dos panos no interior do Reino antes da industrialização. In *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial: A indústria têxtil europeia – os fios do passado a tecer o futuro – uma abordagem pluridisciplinar*. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior [213-225].
- Pereira, António dos Santos (2009). *Portugal adentro: do Douro ao Tejo ao milénio beirão*. Covilhã: universidade da Beira Interior.
- Pereira, Míriam Halpern (2002). Os lanifícios da Covilhã e da região serrana: uma discreta expansão oitocentista. In *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial: A indústria têxtil europeia – os fios do passado a tecer o futuro – uma abordagem pluridisciplinar*. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior [577-594].

- Pinheiro, Elisa Calado (1996). Trajectória de um sub-sistema de ensino na sua integração regional. O ensino secundário na Beira Interior. Algumas notas para o seu estudo. In *Anais Universitários. Ciências Sociais e Humanas*. Número Especial. Covilhã: Universidade da Beira Interior [79-110].
- Pinheiro, Elisa Calado (1998). *Catálogo do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Pinheiro, Elisa Calado (2002). Os fios do passado a tecer o futuro - um lema para o Museu de Lanifícios: da Covilhã à Europa pelas rotas da lã e redes de informação têxtil. In *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial: a indústria têxtil europeia – os fios do passado a tecer o futuro – uma abordagem pluridisciplinar*, Covilhã, Universidade da Beira Interior. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior [99-150].
- Pinheiro, Elisa Calado (2008-2010). *Rota da Lã TRANSLANA, percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*. [Vol. 1 - Reconhecimento e valorização patrimonial (2008). Vol. 2 - Inventários das vias agro-pecuárias e do património edificado associado à indústria de lanifícios (2010)]. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.
- Pinheiro, Elisa Calado (2009). Politiques et pratiques de sauvegarde du patrimoine industriel de la filière laine. Le cas de Covilhã (Portugal). In *Patrimoine de l'industrie = Industrial patrimony*, 21. Torino: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, TICCIH (revue) , [2009/1: 59-78].
- Pinheiro, Elisa Calado (2011). La valorisation culturelle du patrimoine lainier dans les territoires frontaliers du Portugal et de l'Espagne. In *Patrimoine de l'industrie = Industrial patrimony*, 25. Torino: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, TICCIH (revue) , [65-85].
- Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1891). *Inquérito industrial de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Portugal, Comissão de Planeamento da Região Centro (1973). *Reorganização da indústria de lanifícios e a criação de novas indústrias na Cova da Beira: relatório apresentado pelo sub-grupo da indústria do Grupo de Trabalho nº6 - Cova da Beira* [Policopiado].
- Preite, Massimo (2008). Du paysage industriel au paysage culturel évolutif. In *Patrimoine de l'industrie = Industrial patrimony*, 19. Torino: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, TICCIH (revue) , [53-59].
- Quintella, Arthur de Moura (1899). *Subsídios para a Monographia da Covilhan*. Covilhã: Typ. O Rebate.
- Silva, António de Moraes (1844). *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typ. de António José da Rocha.
- Silva, Manuel José dos Santos Silva (2008). L'Université de Beira Interior et la préservation du patrimoine industriel de Covilhã. In *Patrimoine de l'industrie = Industrial patrimony* 20. Torino: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, TICCIH (revue), [2008/2: 93-10].
- Tavares, Maria José Ferro (2009). A judiaria da Covilhã. In *Monumentos*, 29, Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana [24-29].
- Vaz, Domingos Martins (2002). A Covilhã, da tradição e da modernização. In *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial: a indústria têxtil europeia – os fios do passado a tecer o futuro – uma abordagem pluridisciplinar*, Covilhã, Universidade da Beira Interior. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

NOTAS

- ¹ O concelho da Covilhã compreende 31 freguesias distribuídas espacialmente por uma área de 551Km², abarcando duas áreas geomorfológicas distintas: uma zona de montanha e um vale de planície.
- ² Sobre a transumância veja-se, o capítulo “A transumância peninsular. Do conceito às práticas” (Pinheiro, 2008: 119-181) e, particularmente, as pp. 178 a 181 sobre os contingentes de gado da Beira Interior. Relativamente às medidas destinadas a garantir, por parte da Câmara da Covilhã, o acesso à lã por parte da indústria local, vejam-se os incentivos e concessões feitos aos criadores de gado de Aldeia do Carvalho e aos moradores da Covilhã, no séc. XVII (Pinheiro, 2008:236).
- ³ Estudos arqueológicos comprovam a utilização de pastagens na Serra da Estrela desde a segunda metade do V milénio a.C. (Pinheiro, 2008:149).
- ⁴ Sobre esta evidência toponímica e a sua localização cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 660-661).
- ⁵ Sobre a localização desta evidência toponímica cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010:608 e 633).
- ⁶ Sobre esta evidência toponímica e a sua localização cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 608-609).
- ⁷ Sobre esta evidência toponímica e a sua localização cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 608 e 617-618).
- ⁸ A primeira roda hidráulica da Covilhã foi montada na Ribeira da Goldra, na fábrica de Simão Pereira da Silva, administrada à época, após a morte do fundador, por António Pessoa de Amorim, genro daquele. Começou a ser instalada, em 1815, pelo técnico francês Gabriel Morizon. Esta roda destinava-se a fazer acionar as primeiras “máquinas de cardar e fiar as lãs, prexar e tosar os tecidos, todas movidas por água”, que começaram a ser executadas, em 1813, por dois técnicos que tinham ainda sido contratados pelo primeiro dos empresários, na Irlanda (Pinheiro, 2008:267-268).
- ⁹ Consulte-se, a propósito, a planta da Covilhã, com a indicação da área proposta por Maria José Ferro Tavares para a localização da judiaria e do espaço atribuído pela tradição à sua implantação (Tavares, 2009: 28) e cf. com a planta de pormenor da zona central do antepiano geral de urbanização da Covilhã, da autoria do arquiteto e urbanista João António de Aguiar, datada de 1951. Nesta última, para além das novas vias a construir, identificam-se os edifícios a destruir para alinhamento e alargamento das vias existentes e para saneamento dos quarteirões, atendendo aos pressupostos de acessibilidade automóvel e salubridade da habitação previstos pelo mencionado plano que, todavia, não chegou a ser concretizado na sua maioria, tão extensas eram as áreas de demolição preconizadas, sobretudo no casco medieval intramuros (Lôbo: 2009: 35). É deste modo possível demarcar a área de contiguidade entre as duas zonas identificadas por Maria José Ferro Tavares.
- ¹⁰ Trata-se, de acordo com o Dicionário de António de Moraes Silva, de um tipo de tecido de lã grosseiro e felpudo (Silva, 1844:277).
- ¹¹ Tratar-se-ia de um tipo de pano grosseiro feito de lã churra, podendo ser branco ou preto e que foi utilizado nas vestes dos frades capuchos (Silva, 1844:340).
- ¹² Esta designação aplica-se a um tipo de burel branco ou preto que se destinava a cobrir as albardas (Silva, 1844:100).
- ¹³ Sobre a intervenção do D. Pedro II e do Conde da Ericeira na Covilhã veja-se o *Catálogo do Museu de Lanifícios* (Pinheiro, 1998: 48-52). Relativamente à designada *Fábrica Velha* cf. ainda a sua evolução histórica na ficha de inventário da unidade (Pinheiro, 2010:553-554).
- ¹⁴ Sobre a evolução histórica da Real Fábrica de Panos cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010:638-640). e sobre a sua arquitetura e a reabilitação nela empreendida pela Universidade da Beira Interior, vejam-se da obra publicada por José Lopes Aleixo, os capítulos III e IV (Aleixo 2011: 77-147).
- ¹⁵ Sobre esta unidade, a sua localização e evolução cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 630-631).
- ¹⁶ Sobre esta unidade, a sua localização e evolução cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 542 e 553-556).
- ¹⁷ Veja-se sobre esta unidade, a sua localização e evolução a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 621-625).
- ¹⁸ Cf. sobre esta unidade, a sua localização e evolução a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 629; 636; 640-641;648;653; 657-658;667;702-703;705-706;712-713 e 723).
- ¹⁹ Por decreto de 3 Janeiro de 1884, assinado pelos ministros das Obras Públicas e da Instrução Publica, respetivamente António Augusto de Aguiar e Hintze Ribeiro, é criada na Covilhã uma escola industrial, com a finalidade de “*ministrar o ensino apropriado às indústrias predominantes naquela localidade, devendo este ensino ter uma forma eminentemente prática*”.
- ²⁰ A produção de tecidos da Covilhã, em 1940, representava 60% da produção nacional. Este valor veio sucessivamente a decrescer, tendo passado, em 1950, para 51,3%, em 1960, para 47,7% e, em 1970, para 35,6%. A falta de competitividade da cidade acentuou-se então, uma vez que se foi registando concomitantemente um aumento do número dos efetivos ocupados na indústria. Em 1940, estes representavam 31% do total nacional, em 1950 aumentaram para 44,1% e, em 1960, para 43,9%. Contudo, em 1970, quando se tenta uma última reestruturação, bruscamente interrompida, passaram para 36,4% daquele total. Cf. PORTUGAL, 1973, pp. 19-20.
- ²¹ Sobre o estado da indústria covilhanense nos inícios da década de setenta do séc. XX, veja-se o relatório da Comissão de Coordenação de Planeamento da Região Centro: Reorganização da indústria de lanifícios e a criação de novas indústrias na Cova da Beira, datado de Dezembro de 1973, particularmente as pág. 15 a 80, onde se apresenta uma caracterização circunstanciada da indústria de lanifícios do Grémio da Covilhã, bem como as recomendações propostas pelo consultor da OCDE, Roger Haour, igualmente publicadas no referido documento (pag.95 a 184).
- ²² Foi criado através do Decreto-lei nº 402/73, de 11 de Agosto, no âmbito da reforma do ensino empreendida por Veiga Simão, com a finalidade de ampliar a rede pública de ensino superior. Esta nova oferta, mais regionalizada e diversificada, contribuiria para a formação dos quadros superiores de que

o país carecia e para o desenvolvimento de uma política de fomento interno apoiada num conjunto de centros urbanos, alguns deles no interior do país, como era o caso da Covilhã.

- ²³ O plano de estudos de dois anos, compreendia dezassete disciplinas e as especialidades de Contabilidade e Administração, de Têxtil e de Eletricidade e Máquinas (Pinheiro, 1996:104).
- ²⁴ A Câmara Municipal da Covilhã tinha-os adquirido, em 1885, por expropriação amigável, aos herdeiros de António Pessoa de Amorim, tendo os mesmos sido posteriormente cedidos para instalação do Regimento de Infantaria 21, em 1888 (Pinheiro, 1998: 31).
- ²⁵ O IUBI foi criado através da aprovação, pela Assembleia da República, da Lei nº 44/79, de 11 de Setembro.
- ²⁶ A UBI foi instituída através do Decreto-lei 76-B/86, de 30 de Abril.
- ²⁷ Sobre a evolução empresarial deste grupo veja-se a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 535; 617-618; 628 -630; 667-669; 698-699; 711-712).
- ²⁸ Em 09/04/1994, no âmbito da *Presidência Aberta sobre Ambiente*, a Covilhã foi escolhida para a realização, na *Universidade da Beira Interior*, do debate nacional do tema “O Património Industrial: da recuperação da memória colectiva a novas vias de desenvolvimento”.
- ²⁹ Para uma análise mais circunstanciada sobre a intervenção realizada na UBI pelo arquiteto Bartolomeu da Costa Cabral, consulte-se a obra, da sua autoria, *A universidade e a cidade*, 2005, ilustrada por uma excelente e criteriosa documentação gráfica e fotográfica.
- ³⁰ Sobre as intervenções arquitetónica e arqueológica levadas a efeito nos espaços das antigas tinturarias da Real Fábrica de Panos, veja-se Pinheiro, 1998: 31-36.
- ³¹ A *Carta sobre o Património Industrial* viria só a ser aprovada, em 17 de Julho de 2003, pelos delegados do TICCIH, *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*, em Nizhny Tagil (Rússia), defendendo-se, a partir de então, que aquele compreende os *vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico, distinguindo-se da arqueologia industrial, entendida como um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais*. Circunscreveu-se o âmbito temporal daquele, delimitando-o a partir dos inícios da Revolução Industrial, na segunda metade do séc. XVIII, até aos nossos dias, *sem negligenciar as suas raízes pré e proto-industriais, considerando-se ainda que deveria apoiar-se no estudo das técnicas de produção, englobadas pela história da tecnologia* (Pinheiro 2008: 335-341). Consulte-se a versão portuguesa deste documento (accedida em 13 de Junho de 2008), em <http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>.
- ³² Para uma caracterização sucinta das unidades intervencionadas pela UBI, veja-se Pinheiro 2009: 100-106.
- ³³ Sobre a importância do programa Polis para a Covilhã, veja-se Pinheiro, 2009: 74; Milheiro, 2009: 61 e Fernandes, 2009: 62-64.
- ³⁴ Sobre esta unidade, a sua localização e evolução cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 598 e 604-605).
- ³⁵ Sobre esta unidade, a sua localização e evolução cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 584, 588).
- ³⁶ Vejam, relativamente a estas unidades, as respetivas fichas de inventário (Pinheiro, 2010: 527, 531-533; 578, 581-582, 603 e 464, 532-534, 606) .

BREVE RESENHA BIOGRÁFICA

Elisa Calado Pinheiro, natural de Tortosendo, encontra-se atualmente na situação de aposentada da função pública, tendo desempenhado as funções de professora auxiliar convidada do Departamento de Letras e de diretora do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior desde a sua fundação até 31 de Julho de 2011.

Manuel José dos Santos Silva, natural de Valhelhas, Guarda, é professor catedrático do Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis da Universidade da Beira Interior, UBI, tendo desempenhado as funções de Reitor da mesma instituição entre 1996 e 2009.

